



III Prêmio Sou do Esporte
ANÁLISE DA GOVERNANÇA NAS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS DO BRASIL



idealizadores e realizadores



Plataforma de relacionamento entre atletas, Entidades Esportivas e empresas fomentadora e apoiadora de negócios no ambiente esportivo.



soudoesporte@soudoesporte.com.br

Porque criar o Prêmio de Governança?

A plataforma Sou do Esporte, moveu a iniciativa de oferecer o Prêmio de Governança como reconhecimento e estímulo às Confederações que vem demonstrando uma maior iniciativa no sentido de aprimorar suas ferramentas de controle e transparência, pontos muito relevantes para a melhora da Gestão do Esporte no país.

Motivado pelo propósito de contribuir para a constante e sólida evolução da Indústria do Esporte e seus benefícios à sociedade, com uma cultura esportiva cada vez mais forte, a Plataforma Sou do Esporte espera contribuir para o fomento das melhores práticas possíveis na Gestão do Esporte no Brasil.



objetivo

Analisar o status das práticas de Governança nas Confederações Esportivas do Brasil.

objetivos específicos

Analisar externamente aspectos da Governança em atenção as práticas reconhecidas e consagradas globalmente.

Desenvolver e aprimorar uma matriz de indicadores que permita a comparação da Governança entre as entidades de Administração do Esporte no Brasil.

Formar uma escala de Governança de forma a destacar as melhores práticas encontradas.

Estudo de Governança – Introdução – Análise 2017

Após três anos realizando a análise da Governança das entidades esportivas no Brasil, mantivemos nosso esforço de aprimoramento e a Matriz Sou do Esporte evoluiu consistentemente. Incorporou novos fundamentos e indicadores mais claros, objetivos e reconhecidos mundialmente. Neste ano a matriz contou com 135 itens reunidos dentro dos 5 vetores: **Transparência, Equidade, Prestação de Contas, Integridade Institucional e Modernidade**, manteve-se a menor subjetividade possível e valorizou-se ainda mais as ações espontâneas e não obrigatórias pela lei.

Continuamos privilegiando a Transparência como princípio fundamental da Governança, a análise novamente foi feita com base em **informações públicas** das entidades e o número de itens que compõem cada vetor determina seu peso na composição da nota final de cada entidade.

Hoje, podemos atestar que as entidades melhor avaliadas, realmente são as que apresentam no Brasil, os melhores instrumentos para o efetivo controle social de suas atividades e decisões de seu corpo diretivo. Sentimos neste momento, a necessidade de reafirmar que analisamos a existência ou não das ferramentas de governança e não a gestão interna das entidades e que avaliamos as entidades e não seus dirigentes. Ressaltamos que as ferramentas de governança não tem fim na sua própria existência, são instrumentos que precisam ser constantemente utilizados pelos interessados para justificarem sua adoção e comprovarem sua eficácia.

Estudo de Governança – Análise dos Vetores

Com as mudanças ocorridas na Matriz de Análise, não se deve comparar diretamente as notas obtidas em 2016 com as aferidas este ano, sob o risco de distorções na comparação de itens diferentes. O que pode-se afirmar é que o número de entidades que demonstraram se interessar por melhorar suas práticas Governança não aumentou de um ano para o outro, em 2017, das 29 entidades analisadas, 6 pontuaram acima da média 5, e uma ficou bem próxima da média, praticamente mantendo o resultado do ano anterior.

Um ponto que chamou atenção foi uma maior aproximação das médias gerais dos vetores, enquanto nos anos anteriores os vetores **TRANSPARENCIA** e **PRESTAÇÃO DE CONTAS**, apresentavam médias superiores aos demais, este ano as médias de **EQUIDADE** e **INTEGRIDADE INSTITUCIONAL** se aproximaram, o que pode demonstrar uma maior preocupação com indicadores que integram estes vetores e não são obrigatórios por lei. Continua sendo um ponto negativo, a pouca preocupação com a divulgação de documentos que permitem acompanhar o efetivo funcionamento das entidades, como: regimentos internos, calendários de reuniões dos diversos poderes, atas das reuniões realizadas, relatórios de atividades completos e não apenas de atividades esportivas, bem documentos relativos a planejamento institucional e orçamento geral da entidade.

Estudo de Governança – Análise dos Vetores

Na análise de 2017 o vetor **EQUIDADE** surpreendeu e foi o que apresentou a melhor média geral (5,41 pontos), com apenas 8 entidades ficando abaixo da média 5 e 7 obtendo médias satisfatórias e acima de 6,0 pontos. Este fato possivelmente ocorreu pela ação de algumas entidades que incorporaram em suas Assembleias Gerais, através de mudanças em seus Estatutos, um número maior de atletas e representantes de outros segmentos como, árbitros e técnicos além da criação de Comitês Consultivos, principalmente para temas da área técnica, porém, continua sendo um ponto claramente negativo o excessivo controle de acesso ao poder e o pouco acesso de todos os interessados nos fóruns de decisões diárias das entidades.

No vetor **INTEGRIDADE INSTITUCIONAL**, embora algumas entidades como CBRu e CBAAt tenham demonstrado evolução e avançado em suas práticas, o principal destaque do vetor foi negativo. Das 14 entidades mais bem pontuadas, 9 delas gastaram mais do que arrecadaram em pelo menos 1 dos últimos 3 anos e, considerando projetos incentivados como verbas públicas (pois são oriundas de renúncia fiscal) todas tem excessiva dependência financeira do estado, ou seja, pelo critério utilizado tiveram mais de 50% de suas receitas oriundas dos recursos públicos e não demonstraram evolução para diminuir a necessidade precípua destes recursos.

Estudo de Governança – Análise dos Vetores

O vetor **MODERNIZAÇÃO** continua sendo o que demonstra precisar de maior atenção por parte das entidades. Como nos anos anteriores é o que apresenta o maior desvio padrão, a média geral foi de 1,26 pontos em 10 possíveis. Com a evolução da matriz de análise a CBRu foi a única que ficou acima da média (nota 6,7). Estes resultados reforçam a conclusão dos anos anteriores e demonstram que as entidades pouco fizeram para efetivamente reestruturar seus instrumentos regulatórios e normativos e continuam necessitando de um maior equilíbrio no controle interno do poder decisório.

Estudo de Governança – Conclusões Finais

A análise de 2017 demonstrou que, muitas entidades conseguiram ir além do que determina a legislação brasileira e obtiveram aproveitamento melhor em vetores pouco regulamentados por lei. Portanto, notou-se uma evolução em ações desejáveis e não obrigatórias. Este ponto não pode ser considerado irrelevante, pois demonstra uma mudança comportamental importante em relação aos anos anteriores.

O contra ponto da constatação acima é o fato de claramente haver uma enorme resistência na reformulação da estrutura organizacional das entidades. Embora seja significativa a ampliação do colégio eleitoral, identificada em algumas das entidades e ponto altamente relevante para a democratização, também identificou-se que, na esmagadora maioria, pouco foi feito em relação a um real aumento na adoção de mecanismos de controle do poder e de institutos que permitam maior controle social das atividades realizadas no dia a dia.

Embora se tenha identificado mudanças importantes em relação aos anos anteriores, neste momento, ainda não se pode afirmar que estamos diante de condutas consolidadas, é necessário aguardar e continuar observando como se dará esta evolução nos próximos anos para poder entender se foram mudanças pontuais, geradas pelas pressões da sociedade ocorridas principalmente no último ano, ou se realmente estamos diante do início de uma mudança de paradigma.

Estudo de Governança – Conclusões Finais

A aproximação das médias gerais dos vetores somada a manutenção do número de entidades com notas acima da média 5, confirma a percepção inicial de que houve certa evolução na adoção das práticas de governança entre importantes entidades, porém, o tema parece ainda estar longe das preocupações da maioria dos dirigentes. As pressões realizadas pela sociedade e pelo poder público, parecem paulatinamente surtir efeito, porém de forma lenta e com o limite testado a cada passo dado. A existência de uma clara assimetria de objetivos e *modus operandi* entre os diversos agentes do mercado esportivo, já mencionada no relatório do prêmio de 2016, continua muito presente, porém, com uma diferença muito importante em 2017, as mudanças e a adoção de melhores práticas de governança, não são mais voluntárias, se tornaram uma obrigação imposta e o único caminho para a sobrevivência.

Indicadores de Governança

O Conjunto de indicadores soma 135 itens, aglutinados nos 5 grandes vetores, a nota final da entidade analisada é obtida através do seguinte cálculo:

$$\star = \frac{(\text{Ícone 1} \times 36) + (\text{Ícone 2} \times 32) + (\text{Ícone 3} \times 18) + (\text{Ícone 4} \times 19) + (\text{Ícone 5} \times 30)}{135}$$

onde

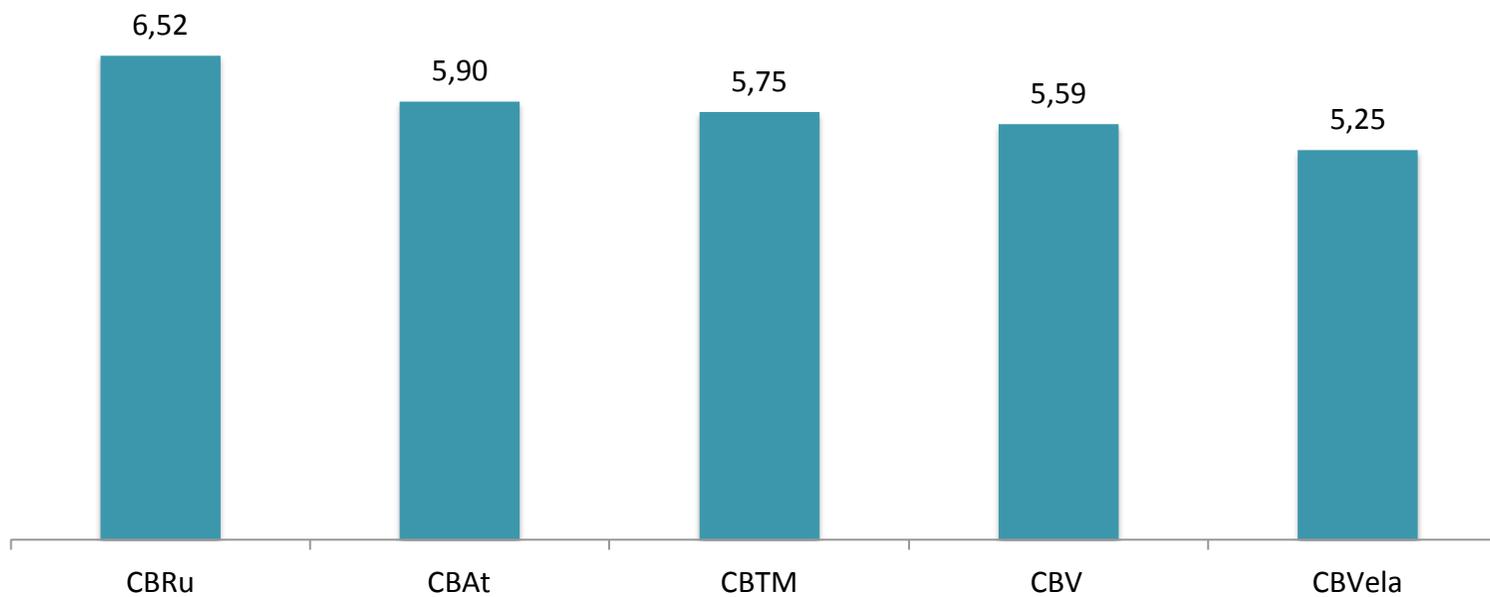


Estes 5 vetores representam os princípios básicos da boa governança. É pacífico que a adoção de apenas um ou alguns destes princípios certamente não garantem a caracterização de boa governança para uma entidade.

Composição da Nota Final		Total de Itens
Vetor	Itens	135
Transparência	36	27%
Equidade	32	24%
Prestação de Contas	18	13%
Integridade Institucional	19	14%
Modernização	30	22%



Pontuação Geral



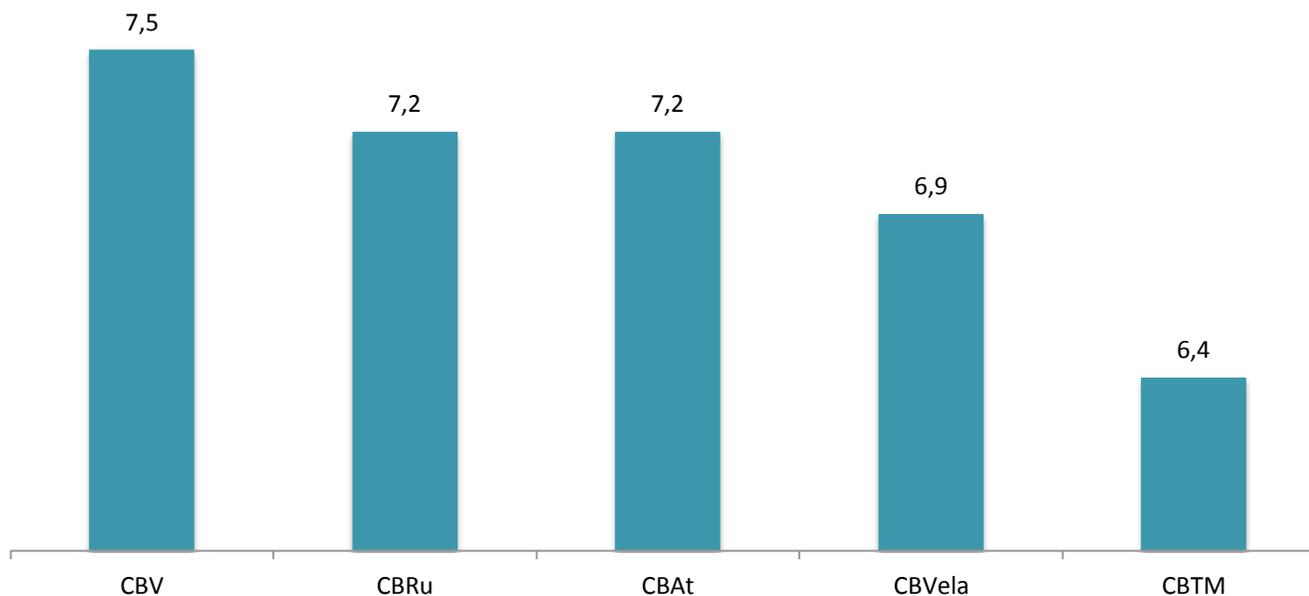
A transparência é considerada plena em uma entidade, quando esta disponibiliza para todas as partes interessadas as informações que legitimamente seja de seu interesse. É importante não se restringir apenas às obrigações legais.

Grupos de Análise:

- (a) Publicação de Documentos Financeiros
- (b) Convocações e Editais
- (c) Controles Internos
- (d) Acesso a informações e Arquivos

Itens totais avaliados: 36

Transparência



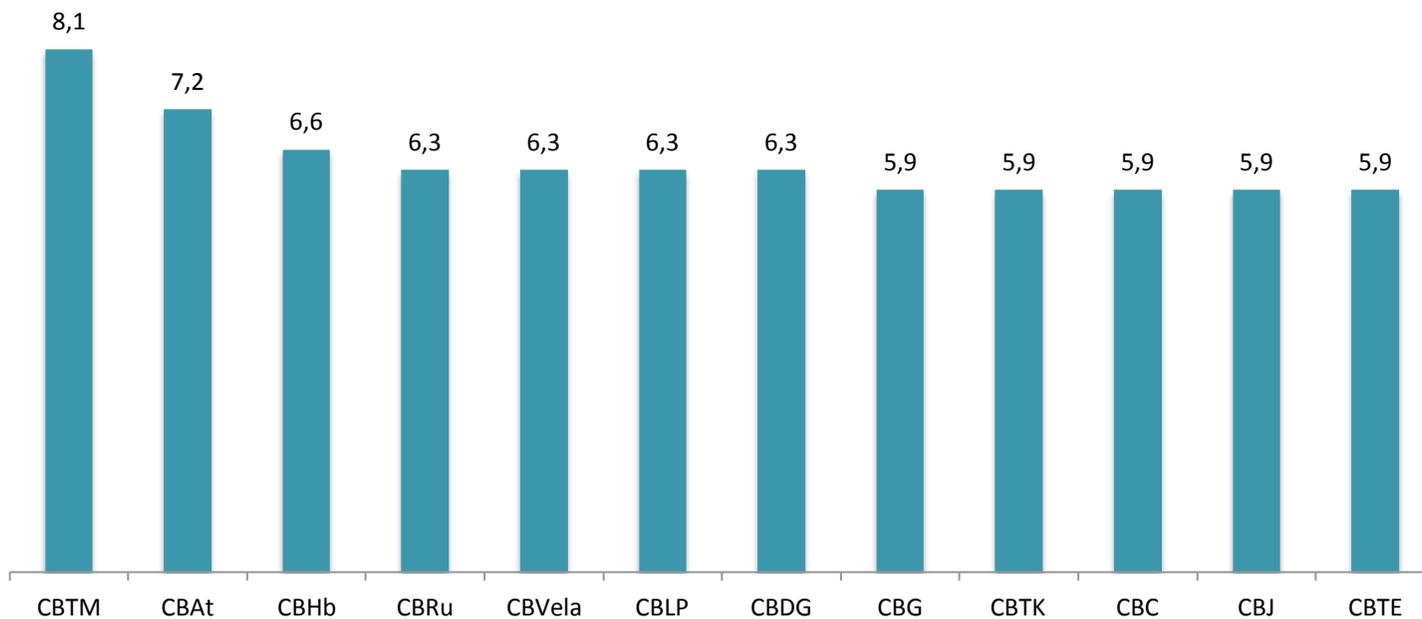
A análise da Equidade busca identificar o respeito à igualdade, imparcialidade e respeito no trato de todos os interessados, correção e lisura na maneira de proceder, julgar e opinar.

Grupos de Análise:

- (a) Um associado/filiado = um voto
- (b) Regras de votação e Registro de Associados;
- (c) Conflitos de Interesse nas Assembleias Gerais
- (d) Processos Eleitorais
- (e) Distribuição de Projetos e Recursos

Itens totais avaliados: 32

EQUIDADE





PRESTAÇÃO DE CONTAS

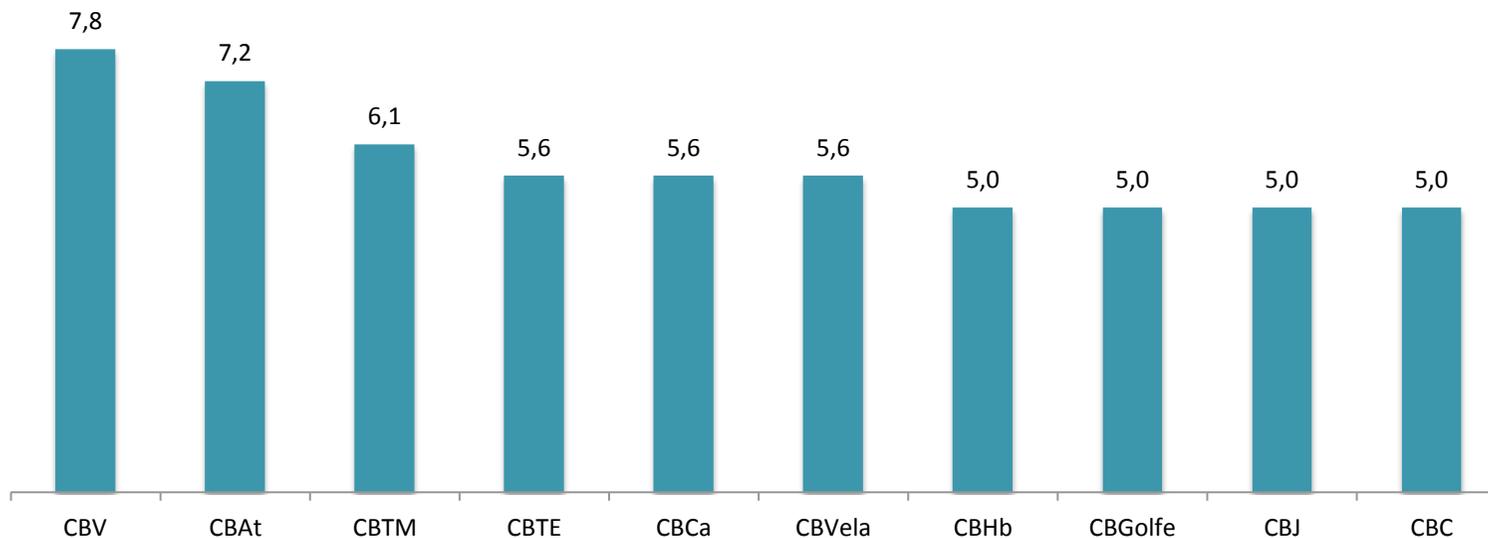
Analisar a transparência gerencial, através da identificação de documentos contábeis públicos que permitam verificar a realidade da entidade do ponto de vista patrimonial, financeiro, fiscal e de resultado econômico.

Grupos de Análise:

- (a) Formato de Aprovação das Contas anuais
- (b) Auditorias internas e externas
- (c) Demonstrativos Contábeis
- (d) Atuação e independência do Conselho Fiscal
- (e) Controles Internos

Itens totais avaliados: 18

PRESTAÇÃO DE CONTAS



INTEGRIDADE INSTITUCIONAL

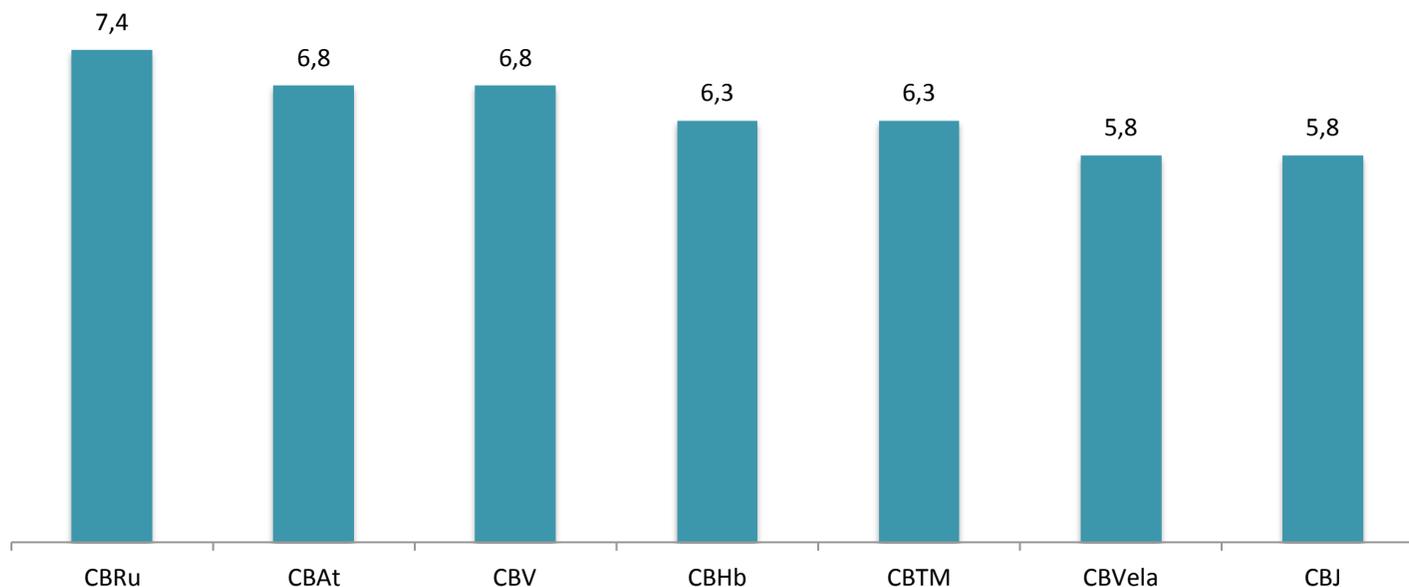
A avaliação do nível de integridade institucional passa por identificar se existem linhas claras e transparentes de atuação que permitam o quadro de executivos e colaboradores operar dentro de limites claros e objetivos. Também se avalia a incorporação de ações e projetos de ordem social e ambiental no dia a dia da entidade.

Grupos de Análise:

- (a) Relacionamento com Stakeholders
- (b) Códigos de Conduta
- (c) Práticas Anticorrupção
- (d) Sustentabilidade em Projetos
- (e) Dimensão Econômica

Itens totais avaliados: 19

INTEGRIDADE INSTITUCIONAL



O ponto focal da análise é entender como estão constituídos, como são formados e quais as atribuições dos poderes nas entidades, dando ênfase em como é compartilhado e principalmente controlado o poder decisório nas ações. Também é analisada a previsão de cargos remunerados e a divisão objetiva e clara entre os níveis institucionais, executivos e operacionais.

Grupos de Análise:

- (a) Separação do Ambiente Político/Institucional do Executivo
- (b) Conselho de Administração
- (c) Conselho Consultivo
- (d) Descritivo de cargos e Remuneração de Gestores

Itens totais avaliados: 30

MODERNIZAÇÃO

